



Fundação Universidade Federal do ABC

Pró reitoria de pesquisa

Av. dos Estados, 5001, Santa Terezinha, Santo André/SP, CEP 09210-580

Bloco L, 3ºAndar, Fone (11) 3356-7617

iniciacao@ufabc.edu.br

Projeto de Iniciação Científica submetido para
avaliação no Edital: nº 4/2022 - PIBIC

Título do projeto: Educação escolar indígena no estado de São Paulo: desafios para a formação diferenciada docente

Palavras-chave do projeto: educação escolar indígena, formação docente, referenciais curriculares

Área do conhecimento do projeto: Licenciatura em Ciências Humanas/ Educação Escolar Indígena

Sumário

1	Resumo	1
2	Introdução e Justificativa	1
3	Objetivos	4
3.1	Objetivo Geral	4
3.2	Objetivos Específicos	4
4	Metodologia	5
6	Cronograma de atividades	5
	Referências	6

1 Resumo

Essa pesquisa busca compreender o atual cenário dos programas destinados à formação de professores indígenas no estado de São Paulo, em especial no município de São Paulo, analisando os principais desafios para a formação docente diferenciada. Para isso, analisaremos o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) e o Referencial para Formação dos Professores Indígenas, propostos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), e suas implicações na trajetória da formação dos docentes indígenas. Para a elaboração do presente projeto foi realizada pesquisa bibliográfica preliminar relacionada ao percurso histórico da consolidação da docência escolar indígena no Brasil e aos cursos de formação docente realizados em São Paulo.

2 Introdução e Justificativa

Segundo Maher (2006), até o final da década de 1970, a educação escolar ofertada para os povos indígenas no Brasil estava pautada em um paradigma assimilacionista, com o objetivo de integrá-los à sociedade nacional, forçando-os a romperem com a própria língua materna e cultura. Após a era assimilacionista surgiu um segundo paradigma, o emancipatório, por meio do qual a Educação Escolar Indígena (EEI) estaria baseada na autonomia pedagógica, na valorização da diversidade cultural e dos conhecimentos indígenas para o desenvolvimento das propostas de ensino e aprendizagem (MAHER, 2006).

Os avanços para a construção de uma EEI emancipatória se deram somente a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, a qual passa assegurar uma educação escolar de carácter diferenciada, comunitária, bilíngue e intercultural para todos os povos indígenas do Brasil. Em 1991, o Decreto Presidencial nº 26 de 1991, transferiu a responsabilidade pela educação indígena da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Educação (MEC), associando esta modalidade de educação à esfera das políticas públicas educacionais e não mais aos órgãos indigenistas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394, de 1996, reforçou os direitos dos povos indígenas à uma EEI, adicionando especificidades educacionais que valorizem as culturas e as ciências próprias. Além disso, trouxe o preceito de colaboração entre os sistemas de ensino e

educação: União, Estados e Municípios a fim de garantir o acesso à educação aos povos indígenas, bem como a concretização de uma educação escolar indígena diferenciada.

Em 1998, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) formulou o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) com a finalidade de contribuir para criação de programas na educação escolar indígena, considerando a diversidade dos povos indígenas no território brasileiro com suas especificidades culturais e envolvendo a comunidade, gestores e professores preferencialmente indígenas, considerando a educação indígena como norteadora do processo educativo escolar.

O objetivo deste trabalho é oferecer subsídios e orientações para a elaboração de programas de educação escolar indígena que atendam os anseios e os interesses das comunidades indígenas, considerando os princípios da pluralidade cultural e da equidade entre todos os brasileiros, bem como, para a elaboração e produção de materiais didáticos e para a formação de professores indígenas. Concebeu-se, assim, este Referencial visando sua função formativa e não normativa. (BRASIL, 1998, p. 06)

Além de trazer referenciais para uma proposta formativa educacional diferenciada, o RCNEI recomenda que para a efetivação de todo o processo de ensino-aprendizagem da EEI o professor seja indígena. Evidencia-se, dessa maneira, a importância da formação docente específica com finalidade de atender os princípios da educação escolar indígena garantidos constitucionalmente.

É importante, no entanto, deixar claro que, enquanto referencial para um país com sociedades indígenas tão diversas, e tendo como fundamento e meta o respeito à pluralidade e à diversidade, o RCNEI/Indígena não é um documento curricular pronto para ser utilizado, mecanicamente, em qualquer contexto, nem pretende estar dando receitas de aula: este Referencial se propõe, apenas, a subsidiar e apoiar os professores na tarefa de invenção e reinvenção contínua de suas práticas escolares (BRASIL, 1998, p. 14)

Conforme identificamos com a leitura preliminar para a elaboração deste projeto de pesquisa, a proposta do RCNEI se estrutura nos seguintes fundamentos: 1) Multiétnicidade, pluralidade e diversidade; 2) Educação e conhecimentos indígenas; 3) Autodeterminação; 4) Comunidade educativa indígena e 5) Educação intercultural, comunitária, específica e diferenciada. Isso nos mostra que a educação escolar indígena, como modalidade de ensino, requer pedagogias diferenciadas que valorizem as culturas indígenas e seus modos de ensino-aprendizagem. Portanto, compreender em maior profundidade o que engloba cada um desses quatro fundamentos e como devem ser abordados na formação dos professores indígenas constitui um objetivo importante nesta pesquisa de iniciação científica.

Em 2002, o MEC e a Secretaria de Educação Fundamental (SEF) elaboraram os Referenciais para a Formação de Professores Indígenas, a fim de nortear os programas de formação docente indígena. São vários os objetivos da formação indígena explicitados neste documento, sendo alguns deles:

- Construir e implementar a proposta pedagógica da educação escolar em sua comunidade;
- Identificar, interpretar, reunir e sistematizar conhecimentos oriundos das sociedades indígenas e não-indígenas;
- Desenvolver didáticas específicas das diversas áreas de estudo da proposta pedagógica, conhecendo processos de aprendizagem dos alunos, conteúdos de ensino e metodologia;

- Produzir, na comunidade indígena, materiais didáticos para a inovação curricular pretendida em suas escolas, a partir de suas línguas e culturas;
- Refletir criticamente (com instrumentos das áreas de estudo de antropologia, sociolinguística história, geografia, etc.) sobre as relações interétnicas mantidas com a sociedade nacional;
- Traduzir e transformar as novas condições históricas vividas por sua comunidade em currículo para a escola.
- Apoiar a redefinir o desenho curricular dos cursos de sua formação, avaliando e planejando, no final de cada etapa, as etapas seguintes, junto com os demais atores institucionais, visando ao aprimoramento constante dos cursos (BRASIL, 2002, p. 26).

Portanto, os programas de formação precisam contemplar aspectos variados, incluindo conhecimentos específicos dos povos indígenas, didáticas específicas para cada área do conhecimento, bem como repertoriar os docentes indígenas para que possam contribuir na construção curricular dos cursos de formação e nos os programas escolares e também na produção de materiais didáticos próprios, conforme especificado acima. Isso nos mostra que os cursos de formação – inicial e continuada – precisam contribuir para que o professor indígena possa atuar como professor-pesquisador nas escolas indígenas onde atuam e na sua comunidade.

De acordo com Silva (2017, p. 55), o Estado de São Paulo deu início às políticas da EEI a partir de 1997, por meio da criação do Núcleo de Educação Indígena (NEI) instituído pela Resolução SE nº 44, de 18 de abril de 1997 como órgão vinculado diretamente ao Gabinete da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Nos anos seguintes, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) em conjunto com a Universidade de São Paulo (USP), criou dois programas de formação de professores indígenas, ambos ministrados pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). O primeiro dos programas foi o Magistério Indígena Novo Tempo (MagInd), que ocorreu entre os anos de 2002 a 2003, e tinha o propósito de capacitar indígenas com ensino básico para atuarem como professores nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em suas respectivas comunidades. O segundo programa de formação de docência indígena, o curso de Formação Intercultural Superior do Professor Indígena (FISPI), teve duração entre o ano de 2005 e 2008, em caráter de ensino superior.

Segundo Silva & Martin-Salandim (2018), ambos os cursos foram descontinuados, configurando o abandono do interesse de institucionalizar a formação docente indígena no estado de São Paulo.

[...] a formação de professores indígenas no estado ainda estão muito aquém do desejado, principalmente pela falta de continuidade, uma vez que o estado promoveu somente dois cursos de formação intercultural: o MagIND e o FISPI. Em decorrência disso, muitas escolas acabam tendo em seus quadros professores indígenas leigos, quando não, recorrem à contratação de professores não indígenas. (SILVA, MARTIN-SALANDIM, 2018, p.10)

As decisões de descontinuidades nos programas de formação docente indígena no estado de São Paulo conflitam com as políticas educacionais que garantem o acesso dos indígenas aos cursos formação em nível superior. Consideramos fundamental refletir sobre as implicações destas descontinuidades no processo de consolidação da EEI no estado de São Paulo, sendo este um dos objetivos importantes nesta pesquisa de iniciação científica.

Uma educação baseada na especificidade, na diferença, no bilinguismo, deve se apoiar na interculturalidade a priori, uma vez que contribui para o rompimento dos enredos pedagógicos tradicionais, os quais bloqueiam a valorização da diversidade cultural em seus currículos. De acordo

com Candau (2008), a interculturalidade também promove o aprofundamento da análise problemática no contexto do local onde está inserida, envolvendo aspectos sociolinguísticos, históricos e culturais. Em que medida, os professores indígenas estão tendo acesso a formação inicial ou continuada que valorize, de fato, a interculturalidade?

Longo (2020), baseado nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) do Censo Escolar de 2019, destaca que no estado de São Paulo há 526 docentes indígenas atuando no ensino de educação básica. Deste total, 55,7% dos professores concluíram ou estão cursando o ensino superior. Em contraponto, 44,3% dos educadores indígenas possuem somente o ensino básico de ensino - Médio, Anos Finais e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa mostra ainda que apenas 4,2% dos 526 professores indígenas atuantes no estado de São Paulo possuem formação docente específica em educação indígena, ou seja, 95,8% dos professores não possuem formação específica em educação indígena.

Dentre os 645 municípios do nosso Estado, o município de São Paulo possui a maior população indígena, contabilizando um total de 12.977 mil indígenas, de acordo com IBGE (2012). No quadro nacional, a cidade de São Paulo é a quarta maior em população autodeclarada indígena e a primeira no quesito indígenas vivendo em meio urbano, com 11.918 mil indígenas (GUIRAU; SILVA, 2013). Quantos professores indígenas temos no município de São Paulo? Esses professores tiveram acesso a uma formação específica em educação indígena? Quais as maiores dificuldades encontradas pelos professores indígenas da cidade de São Paulo para lecionarem em suas aldeias?

A partir de levantamento de dados em sites de órgãos públicos, incluindo a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e a Secretaria de Educação do Município de São Paulo e da revisão bibliográfica, incluindo dissertações de mestrado, teses de doutorados e artigos publicados em revistas acadêmicas, buscaremos investigar estas questões para atingir o nosso objetivo geral que é compreender o atual cenário dos programas destinados à formação de professores indígenas no estado de São Paulo, em especial no município de São Paulo, analisando os principais desafios da formação diferenciada.

3 Objetivos

3.1 Objetivo Geral

- Compreender o atual cenário dos programas destinados à formação de professores indígenas no estado de São Paulo, em especial no município de São Paulo, analisando os principais desafios para a formação docente diferenciada.

3.2 Objetivos Específicos

- Compreender os princípios da formação de professores indígenas, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação dos Professores Indígenas vigente no Estado de São Paulo e dos referenciais teóricos da área.
- Levantar dados em sites de órgãos públicos, incluindo a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e a Secretaria de Educação do Município de São Paulo, por meio de pesquisa bibliográfica, acerca do número de professores indígenas atuando em escolas indígenas

no município de São Paulo e sobre os cursos de formação docente que tiveram (ou não) acesso;

- Investigar os desafios existentes no percurso da formação de professores indígenas para atuar em escolas indígenas no município de São Paulo, a partir de entrevistas com professores indígenas e com especialistas do tema;
- Propor uma parceria com o Laboratório de Planejamento Territorial da UFABC para a construção de um mapa com a localização das escolas indígenas do município de São Paulo visando se constituir em material didático no curso de licenciatura.

4 Metodologia

- Aprofundamento dos principais aspectos estruturantes dos Referenciais para a Formação de Professores Indígenas no Brasil e dos Referenciais Curriculares Nacionais para as escolas indígenas;
- Levantamento de dados sobre quais povos indígenas vivem no município de São Paulo e sobre o número de professores indígenas a partir da consulta em sites especializados em demografia e povos indígenas do estado de São Paulo;
- Levantamento bibliográfico sobre educação escolar indígena em acervo de periódicos da CAPES, a base Scielo, a base de dissertações e teses e demais conteúdos eletrônicos do Sistema de Bibliotecas da UFABC, o Google Acadêmico e portais de teses e dissertações de Universidades brasileiras.

6 Cronograma de atividades

1. *Etapa 1 — Formação para prática da pesquisa e estudos aprofundados sobre o tema*
 - a. Etapa 1.a. Leituras e encontros de discussão sobre os textos lidos com a orientadora da UFABC, formação específica para a prática científica, com reuniões quinzenais com o grupo de iniciação científica;
 - b. Etapa 1.b. Encontros de orientação individualizada sobre o projeto;
 - c. Etapa 1.c. Realização de levantamento bibliográfico, a partir do acesso às bibliotecas virtuais.
2. *Etapa 2 — Sistematização Parcial*
 - a. Etapa 2.a. Redação do relatório parcial a partir da sistematização parcial dos dados
3. *Etapa 3 — Sistematização do trabalho final*
 - a. Etapa 3.a. Redação do relatório final
 - b. Etapa 3.b. Elaboração de trabalhos para apresentação em congressos de iniciação científica

Tabela 1 – Cronograma de atividades previstas

Etapa	Mês
-------	-----

	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MA R	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
1.a.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
1.b.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
1.c.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
2.a.					X	X						
3.a.										X	X	
3.b.												X

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

BRASIL. Decreto nº 26 de 04 de Fevereiro de 1991. **Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil**. Diário Oficial, Brasília, 04 de fevereiro de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0026.htm>

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais.>

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental. MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. **Referenciais para a Formação de Professores Indígenas**. Brasília: SEF/MEC, 2002.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999. **Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf>

CANDAU, V. M. F. **Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica**. In: MOREIRA, A.F.B.; CANDAU, V.M.F. (Org.). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 13-37.

COLLET, Célia L. G. **Quero progresso sendo índio: o princípio da interculturalidade na educação escolar indígena**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dissertação, UFRJ, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017. Disponível em <<https://ppg.educacao.sites.unifesp.br/images/dissertacoes/rafael-afonso-silva.pdf>>

SILVA, Karina Aparecida; Martin-Salandim, Maria Ednéia. ***Cenário da Criação dos Cursos de Formação de Professores Indígenas no Estado de São Paulo: um trabalho em História da Educação Matemática.*** Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática- Formação de professores: história, cultura e política. Campo Grande, 14 a 17 de novembro 2018.